

Sobre o Conhecimento Memorial

Ricardo Rangel Guimarães¹

Dentre as várias formas de utilização da faculdade da memória em nossas vidas, uma que desempenha um papel fundamental e primário diz respeito ao modo como obtemos conhecimento através desta faculdade. Como o senso comum e a nossa experiência parecem mostrar, uma parte considerável desse conhecimento é baseada na memória, e essa é a razão mais evidente pela qual a epistemologia deve se ocupar do estudo da mesma, a fim de conferir-lhe um estatuto cognitivo considerável no modo como formamos crenças e justificação mnemônicas e as mantemos no tempo. No presente ensaio, estamos interessados em investigar o assim denominado conhecimento memorial, cuja principal característica é a de ser preservado pela lembrança proposicional, que tem como objeto o conteúdo de uma sentença declarativa gramatical, que é uma proposição P qualquer: quando proferimos algo do tipo “Boris lembra-se que a Chechênia fica no leste europeu”, geralmente queremos dizer com isso que Boris aprendeu tal fato em uma aula de Geografia ou consultando um Atlas, por exemplo, e que ainda possui o mesmo conhecimento adquirido originalmente². O conhecimento memorial, descrito minimamente dessa maneira, constitui um grande desafio para análise, dado essas peculiaridades e o caráter particularmente único de suas propriedades. Em muitos casos, podemos não lembrar como originalmente adquirimos determinado conhecimento do qual acreditamos lembrar: em um exemplo prosaico, um determinado sujeito S aprendeu no colégio, quando adolescente, o teorema de Pitágoras, e lembra-se disso, mas pode não ser capaz de dizer precisamente como aprendeu o teorema. S pode alegar que seu professor de matemática no ensino médio era bastante competente, e demonstrou e explicou razoavelmente o teorema de Pitágoras e suas implicações no quadro negro, mas S pode não conseguir recordar-se de nenhum dos fundamentos do suposto conhecimento que costumava ter. Além disso, a crença de S no

¹ Doutorando em Filosofia - PUCRS/CAPES.

² Muitos filósofos defendem a tese de que lembrar que P é simplesmente reter no tempo o conhecimento de que P, como, por exemplo, Roger Squires (1969, p. 185), David Annis (1980, p. 324), Thomas Senor (1993) e Shin Sakuragi (2010, p. 238-239), e mesmo epistemólogos como Robert Audi (2003) também o fazem. Contudo, para os propósitos da presente pesquisa, não é necessário o comprometimento com tal tese, pois mesmo os que argumentam contra tal posição admitem, em alguma medida, que a memória proposicional geralmente implica um conhecimento correspondente à mesma, e que nenhuma outra espécie de memória preserva o conhecimento proposicional.

teorema não encontra nenhum suporte inferencial e, ainda assim, S está plenamente confiante de que uma vez aprendeu o teorema e lembra-se dele. A questão pertinente que emerge dessas considerações para os propósitos da presente análise é se S ainda sabe, no presente, qual é o teorema de Pitágoras: há, ou, pelo menos, deveria haver boas razões para se crer que sim, S sabe; caso contrário, um ceticismo geral acerca de uma grande parcela de nosso conhecimento adquirido pela memória instalar-se-ia, e se há um apelo a se resistir a tal ceticismo memorial, ele certamente está apoiado na forma como S adquiriu as suas crenças no passado.³ No entanto, apesar disso, somos confrontados com uma questão óbvia, a qual encontramos sérias dificuldades em responder: se soubemos que P em um tempo anterior, como é que ainda podemos saber agora, ou, pelo menos, como podemos estar justificados em crer que P no presente? Qual a base epistêmica sobre a qual esse suposto conhecimento memorial sustenta-se? No caso do exemplo anterior, S não consegue oferecer nenhuma justificação atual que possa ter desenvolvido quando originalmente aprendeu o teorema de Pitágoras. Desse modo, a forma como o conhecimento memorial é obtido e preservado no tempo é radicalmente distinta da forma como o conhecimento perceptual ou inferencial, por exemplo, o são. Essas são as questões centrais que serão tratadas no decorrer dessa pesquisa; em um primeiro momento, algumas abordagens destas questões serão descritas e desenvolvidas, e posteriormente os desafios que tais abordagens teriam que solucionar serão objetos de investigação. O objetivo aqui não é propor nenhuma nova teoria para o conhecimento memorial, mas sim lançar alguma luz às explicações já disponíveis a fim de dar conta minimamente da tarefa de elucidar e explicar seus pressupostos epistemológicos mais básicos.

Especificamente no caso do conhecimento memorial, é possível distinguir duas abordagens de acordo com dois tipos diferentes de fundamentos epistemológicos. Por um lado, parece óbvio que o conhecimento advindo da memória, de alguma forma, originou-se no passado: isto, por si só, implica que houve algum fator epistêmico nesse passado que fundamentou tal conhecimento, e é legítimo atribuímos a tal fator as bases originais desse conhecimento. Por outro lado, contudo, o fato de que, por vezes, temos conhecimento memorial sem nos lembrarmos de como originalmente o adquirimos nos fornece razão para suspeitar que tal conhecimento possua diferentes fundamentos epistêmicos. Internalistas, por exemplo, colocam como condição necessária, embora não

³ Para uma implicação forte e consistente deste ceticismo, ver, p/ ex., BONJOUR, L. (2010, p. 170-171).

suficiente, que um agente cognitivo S qualquer esteja consciente desses fundamentos originais a fim de justificar as suas crenças obtidas no passado e, com isso, ter conhecimento memorial nesses casos. No entanto, S já não possui mais qualquer acesso a esses fundamentos originais, pois esqueceu todos eles, os “perdeu” na memória, o que é conhecido na epistemologia como o “problema da evidência esquecida”. Nesse caso, para se admitir uma justificação internalista para crenças de memória, a fim de garantir o conhecimento memorial, deve-se defender uma justificação que esteja baseada em uma justificação presente que esteja acessível à S, em contraposição à justificação original, como razões ou evidências para crer, por exemplo.⁴ O objetivo central aqui é mostrar, na sequência do estudo, que tanto a teoria da justificação original quanto a da justificação presente desempenham um papel epistêmico importante e relevante a fim de se obter uma boa e razoável explicação de como o conhecimento memorial opera, mas que ambas também apresentam problemas estruturais que serão discutidos na sequência.

Conforme Bertrand Russel assinala em uma passagem de “The Analisy of Mind”, uma imagem memorial normalmente carrega consigo um sentido de “familiaridade” e de “passado” (“pastness”) (RUSSELL, B. (1921, p. 96). Aplicando a mesma idéia para a memória proposicional, isso pode ser enganador, já que o conteúdo desta não precisa ser necessariamente experimentado no passado ou mesmo se referir sobre o passado, como, por exemplo, quando alguém lembra que os próximos jogos olímpicos serão disputados em Londres, e também em instâncias em que não há experiénciação pessoal por parte do sujeito cognoscente. No entanto, há um modo legítimo em que a memória proposicional é acompanhada por um sentido de familiaridade e de passado: quando S lembra que P, geralmente parece a esse que o mesmo crê que P, mas S não passa a crer que P recentemente. Algumas vezes, experiências de memória proposicional parecem não acompanhar tais impressões da mesma; entretanto, se de fato temos memória proposicional, devemos ser capazes de entreter as impressões memoriais relativas à mesma, o que constitui um aspecto fenomenológico importante nesse contexto⁴. Mas,

⁴ Está-se assumindo, aqui, uma caracterização típica da justificação internalista que exija e requer que qualquer forma de internalismo caracterize-se pelo possível acesso consciente aos fundamentos epistêmicos do conhecimento memorial. É importante ressaltar, no presente contexto, que dependendo do tipo de justificação internalista que estamos falando, evidências podem incluir razões, como no caso das teorias fundacionistas da justificação, por exemplo, ou serem, as evidências, equivalentes a razões, que é a particularidade que caracteriza a justificação no âmbito das teorias coerentistas.

⁴ Nesse ponto, é interessante notar que muitos epistemólogos tentaram desenvolver contra-exemplos para a visão de que a memória proposicional seja conhecimento retido apelando para casos em que não parece à S que ele lembra que P, mas de fato lembra que P. Ver Martin & Deutscher (167-168 e 192), Lehrer e Richard (121-122) e, especialmente, Sven Bernecker em “Remembering without knowing” (149-151), onde este último autor, especificamente, também faz uma distinção entre memória pessoal e

reconhecidamente, não podemos basear o conhecimento memorial em qualquer processo inferencial de impressões de memória. Para ilustrar esse tópico, suponha-se que se tente mostrar que S sabe que P apelando-se para o fato de que parece, para S, que ele lembra que P: impressões de memória podem ser critérios falíveis de justificação, e estas, por si próprias, podem, por vezes, nos remeter ao engano, e não necessariamente implicam conhecimento, pois tal relação entre as impressões e o conhecimento memoriais é, na melhor das hipóteses, uma relação probabilística, às vezes vinculando conhecimento, e em outras não. Portanto, para se deduzir das impressões de memória conhecimento de modo infalível seria preciso um princípio tal como o que se segue: quando S parece lembrar da mesma forma que parece lembrar agora, S lembra que P, e, assim, saberia que P. Mas como S pode estar justificado de que P apelando-se para esse princípio? Nenhuma verdade auto-evidente implica este, e nem poderia S conhecer o mesmo simplesmente se alegando que S lembra de tal princípio. Intuitivamente, nós não fazemos apelo a nenhuma espécie de inferência a fim de justificar esse conhecimento; o que acontece é que se um sujeito possui um determinado número de crenças, é provável que algumas dessas crenças, especialmente as crenças não ocorrentes preservadas e armazenadas na “belief box” (“caixa de crenças”) constituam alguma boa evidência para o conhecimento memorial. Pode-se afirmar que esse domínio doxástico de disposicionalidade de crenças não ocorrentes suficientemente fundamenta o conhecimento de S adquirido e mantido através da memória: este tipo de consideração parece estar por trás, por exemplo, do seguinte argumento proposto por Conee e Feldman, e que fazemos uso a fim de ilustrar tais considerações:

Outra resposta defensável está disponível para internalistas que pensam que nem toda evidência é consciente. Se Sally é uma adulta contemporânea normal, ela provavelmente terá alguma evidência prontamente recuperável que suporte sua crença sobre brócolis. O fato de os legumes fazerem bem à saúde é amplamente divulgado e discutido. Além disso, sua crença sobre brócolis provavelmente não é anulada por quaisquer crenças anteriores que ela possa ter. Por fim, ela, como a maioria das pessoas, provavelmente tem uma evidência de apoio que consiste em crenças armazenadas acerca da confiabilidade geral e precisão da memória. Ela sabe que está geralmente certa sobre esse tipo de coisa. Portanto, Sally teria justificação para a sua crença sobre brócolis, embora esta não seja a sua evidência original. Se Sally

proposicional, onde na primeira há a exigência de que impressões memoriais diretamente experienciadas pelo sujeito sejam o substrato de sua lembrança, ao passo que na segunda não, mas isso, por si só, não isenta a lembrança de proposições de a mesma poder estar, por exemplo, fundamentada em imagens de memória.

não tiver nenhuma informação de fundo que suporte isso e também não tem qualquer razão para confiar na sua memória, então duvidamos que sua crença sobre brócolis realmente esteja justificada.⁵

De acordo com essa visão, um sujeito S somente poderá ter conhecimento memorial se ele possuir evidência disponível suficiente para tanto. Assim, se a teoria da justificação presente estiver correta, o conhecimento de memória estaria fundamentado no que há de atualmente disponível para S, embora tal conhecimento possa não ser o conhecimento no qual se baseava originalmente, quando da sua formação no passado. Uma maneira diferente de evitar o apelo a inferências de impressões de memória como elemento justificador é supor que o conhecimento memorial possa ser fundamentado em si mesmo, da mesma forma que outros tipos de conhecimento; alguns epistemólogos, por exemplo, aplicam o modelo fundacionista do conhecimento perceptual, que defende uma justificação baseada na experiência sensível para as crenças de percepção, para o conhecimento memorial.⁶ Nesse aspecto, as impressões de memória são os candidatos mais promissores a elementos justificadores; Pollock e Cruz, por exemplo, argumentam da seguinte forma sobre esse aspecto:

Dado que existe um estado como o parecendo lembrar, o movimento natural para o fundacionista é tratar a memória como uma fonte de conhecimento paralela à percepção sensorial e postular a seguinte razão anulável “mnemônica”: “S parece lembrar que P” é uma razão anulável para S crer que P.⁷

⁵ Another defensible answer is available to internalists who think that not all evidence is conscious. If Sally is a normal contemporary adult, she is likely to have quite of a bit of readily retrievable evidence supporting her belief about broccoli. The healthfulness of vegetables is widely reported and widely discussed. Furthermore, her belief about broccoli is probably not undermined by any background beliefs she is likely to have. Finally, she, like most people, probably has supporting evidence consisting in stored beliefs about the general reliability and accuracy of memory. She knows that she is generally right about this sort of thing. So Sally would have justification for her broccoli belief, though it is not her original evidence. If Sally lacks any supporting background information and also lacks any reason to trust her memory, then we doubt that her belief about the broccoli really is justified. In: CONEE AND FELDMAN, 2004, p. 70

⁶ Mas também nem todos os fundacionistas da memória, contudo, adotam essa perspectiva; Robert Audi, p/ ex, tem uma visão que condiciona mais o conhecimento memorial com algo semelhante a uma espécie de conhecimento a priori do que com impressões de memória. (1995, p. 35).

⁷ Given that there is such a state as seeming to remember, the natural move for the foundationalist is to treat memory as a source of knowledge parallel to sense perception and posit the following “mnemonic” defeasible reason: “S seems to remember P” is a defeasible reason for S to believe P. In: POLLOCK AND CRUZ, 1999, p. 48. Thomas Senor (1993, 459-460) faz uma crítica à Pollock, ao afirmar que o conhecimento memorial poderia ser justificado na ausência de impressões de memória: evitar-se-ia esse problema apelando-se para a distinção entre disposição e ocorrência. Para uma discussão mais detalhada sobre essa questão, ver uma passagem esclarecedora de Carl Ginet., na qual o mesmo afirma que “[uma] impressão memorial (fraca ou forte) é um tipo de *estado* disposicional permanente de seu sujeito que pode ser (e geralmente é) presente quando não está sendo manifestado em nenhum ato mental nem

Segundo essa abordagem, a aparente lembrança de que P por parte de S poderia, por si só, suficientemente fundamentar a crença memorial de que P na ausência de algum derrotador. Tal manobra evitaria um regresso epistêmico, uma vez que nenhum recurso adicional para a memória seria necessário para S estar intitulado (*entitled*) a crer que P: tal visão fundacionista poderia ser alvo de oposição, especialmente de quem requer como condição necessária para o conhecimento memorial que haja alguma espécie de suporte doxástico para o mesmo. Suponhamos que a minha memória tenha sofrido sérios danos, e eu tenha esquecido a maioria das minhas lembranças, incluindo-se as mais básicas: um dia, de repente, eu lembro-me que o meu nome é Ricardo. Se esse processo mnemônico parece repetir-se para mim, eu adquireo segurança de que eu lembro que meu nome é Ricardo; enquanto isso, eu não tenho nenhuma outra evidência para esta crença, de que meu nome é Ricardo, nem tenho qualquer razão para crer na confiabilidade geral da minha memória. Se tivermos a intuição que Conee e Feldman mencionam anteriormente, poderíamos relutar ao dizer que eu atualmente sei que meu nome é Ricardo, já que a evidência original não estaria mais disponível, o que soaria deveras estranho; já adotar uma postura basicamente fundacionista nesse caso, como Pollock e Cruz o fazem ao condicionar impressões memoriais como elementos justificadores poderiam resultar em sérias dificuldades ao se lidar com essa questão nesse exemplo, uma vez que o que pode justificar a crença de que meu nome é Ricardo é algo presente ou adquirido muito recentemente em função de alguma espécie de *anamnese*, além do problema do déficit cognitivo do qual fui vítima, o qual comprometeria uma conexão mais confiável com os fatos experienciados no passado.⁸

As teorias da justificação passada alegam que os fundamentos epistêmicos do conhecimento memorial sustentam-se essencialmente nas propriedades originais que embasaram tal conhecimento quando o mesmo foi adquirido. O desafio maior para essas

comportamental... No entanto, é claro que o fato de uma pessoa ter ou não certa impressão memorial está ligado ao fato de ela manifestar ou não essa impressão se as circunstâncias forem certas” (“[a] *memory-impression* (weak or strong) is an enduring sort of dispositional *state* of its subject that may be (and usually is) present when it is not being manifested in any mental or behavioral act. . . . But, of course, whether or not a person has a certain memory-impression is tied to whether or not he *would* manifest it *if* the circumstances were of the right sort” GINET, Carl (1975, p. 157).

⁸ A discussão nesse ponto é bastante ampla e complexa, e mesmo alguma visão fundacionista poderia ser atribuída a Conee e Feldman, especialmente a este último, um evidencialista em epistemologia, e que consideraria as evidências originais elementos justificadores de crenças memoriais. Sobre uma suposta inconsistência entre crenças que se formam involuntariamente em minha vida mental, e o que eu geralmente acredito, isso, por si só, já poderia gerar alguma desconfiança de minha parte. No entanto, mesmo se eu pensar que eu não sei o que eu aparentemente alego lembrar, isto poderia não se dar necessariamente por que a minha crença parece ser infundada, mas sim porque ela foi derrotada ou por que não temos certeza se ela é mantida de modo suficientemente forte na “belief box”.

teorias é explicar plausivelmente como é possível que algo que não esteja mais disponível para S ainda assim fundamente o conhecimento de que P no presente, onde S não lembra mais como originalmente adquiriu P, e tal justificação para P parece atualmente ausente na sua vida mental. Logo, qualquer teoria convincente da justificação passada tem que dar uma resposta a esta questão mostrando que alguma conexão entre o conhecimento memorial e a sua justificação original deve ser suficiente para fundamentar tal conhecimento. Uma solução para tal problema poderia ser trazida à baila se invocando uma abordagem externalista à mesma: quando abandonamos a idéia de que o acesso consciente a justificação original é condição necessária para o conhecimento memorial, parece que o problema se dissolve completamente. Se considerarmos uma perspectiva confiabilista, por exemplo, que é tipicamente externalista, as crenças que S adquire resultam de um processo confiável, um processo que produza mais crenças verdadeiras do que falsas (conforme GOLDMAN, A., p. 345), e isto, por si só, conferiria justificação às mesmas. Considerando essa visão, parece não haver nenhum problema em especial quanto ao conhecimento memorial, já que a memória é geralmente confiável, e se não tivermos nenhuma razão e/ou evidência contrária em favor dessa confiabilidade, tomamos o conhecimento advindo de tal faculdade como sendo fidedigno. É importante ressaltar que a função principal da memória não é produzir crenças, mas sim preservá-las no tempo: o confiabilismo defende que a justificação do conhecimento memorial é fundamentada no processo original e confiável de preservação do conteúdo da memória proposicional. Caracterizada dessa forma, a condição presente de S, que é precisamente a função da memória confiável, desempenha um papel significativo, mas o status epistêmico de uma crença memorial é derivado principalmente daquilo que a fundamentou, a justificou originalmente.⁹ A função principal da memória proposicional não é apenas proteger a confiabilidade de uma crença, mas sim a de preservá-la. David Owens dá um destaque especial a essa função e alega que o conhecimento memorial se apóia na justificação original por meio da preservação da crença em si: de acordo com tal autor, preservar uma crença de que P implica na preservação de uma atitude proposicional em particular em relação à P. Segundo Owens, “[] a memória preserva a crença em si, e crer que P é

⁹ Há que se notar que funções da memória desempenham um papel crucial também em outras abordagens externalistas. Por exemplo, Alvin Plantinga caracteriza sua abordagem fundacionista, conhecida como externalismo de função própria, da seguinte maneira: “...o que conta como garantia é se as crenças memoriais tipicamente resultam da função adequada de nossas faculdades cognitivas em um ambiente apropriado, se a função da memória é nos fornecer uma crença verdadeira sobre o passado e se o plano traçado nessa área é bom” (PLANTINGA, A., 1993, p. 64).

precisamente ter concluído a investigação sobre P formando a visão de que P...”¹⁰. Portanto, quando S tem uma memória proposicional, do tipo S lembra que P, do fato da justificação passada ter sido perdida não parece se seguir, sob essa perspectiva, uma dificuldade genuína, pois diante da ausência de quaisquer razões, S simplesmente continua a crer que P e não é necessário ter mais nenhum suporte evidencial além de P ou algum outro conjunto de proposições para se estar justificado. Owens acredita que essa força que mantém o status epistêmico de uma crença exatamente da mesma forma como esta foi adquirida originalmente, a qual ele denomina de “inércia cognitiva”, conecta o conhecimento memorial com a sua justificação original. Nas palavras do próprio autor,

Uma memória em bom funcionamento preserva a racionalidade da crença, mas não através da evidência que desencadeou a aquisição dessa crença. Ela faz isso mantendo a crença estável com uma força proporcional à força da evidência para ela (uma força a qual eu chamo de *inércia cognitiva*).¹¹ (OWENS, D., 2000, p. 54)

Aparentemente, essa pode ser considerada uma teoria da justificação original ou passada. De acordo com tal teoria, o conhecimento memorial se apóia em seus fundamentos originais, mesmo quando eles não estão mais disponíveis para S, e a razão essencial para tanto advém dessa propriedade da inércia cognitiva que S possui com relação à crença justificada original que irá fundamentar tal conhecimento no presente. Até o presente momento, duas abordagens ao conhecimento memorial foram realizadas, e o objetivo é examinar cada uma delas. Nas discussões que se seguem, se argumentará em favor de que qualquer teoria plausível para o conhecimento memorial deve levar em consideração dois fatores básicos, sem os quais não é possível defender as condições mínimas para haver tal conhecimento, a saber, as funções epistêmicas das impressões memoriais e uma teoria que dê conta excelentemente do vínculo entre o conhecimento memorial e os seus fundamentos originais.¹² É importante observar que até mesmo os defensores das teorias da justificação passada reconhecem que a condição presente do

¹⁰ “[]what memory preserves is belief itself, and [to believe that *p* is precisely to have finished inquiring into *p* by forming the view that *p* . . .”. OWENS, D., 2000, p. 152.

¹¹ A well-functioning memory preserves the rationality of belief but not by preserving the evidence which prompted the acquisition of the belief. It does this rather by holding the belief in place with a force proportional to the strength of the evidence for it (a force which I call *cognitive inertia*). (OWENS, D., 2000, p. 54).

¹² Sendo assim, procede dizer que qualquer teoria plausível de conhecimento memorial é, até certo ponto, dualística, que é a posição defendida, por exemplo, por Michael Huemer (1999, p.351–352).

sujeito afeta seu conhecimento memorial. Alvin Goldman, por exemplo, discute o seguinte caso e conclui que um processo confiável através do qual uma crença é produzida e preservada pode, apenas por si mesmo, não conseguir sustentar um conhecimento memorial:

Suponhamos que Jones seja informado com uma autoridade plenamente confiável que certa classe de suas crenças memoriais são quase todas enganosas. Seus pais fabricam uma história inteiramente falsa de que Jones sofreu de amnésia quando ele tinha sete anos, mas que, posteriormente, desenvolveu *pseudo*-memórias desse período. Embora Jones escute o que seus pais dizem e tenha um excelente motivo para confiar neles, ele persiste em acreditar nas memórias ostensivas sobre seu passado com sete anos. Essas crenças memoriais são justificadas? Intuitivamente, elas não são justificadas. No entanto, como essas crenças resultam de uma memória genuína e percepções originais, que são processos adequadamente confiáveis, nossa teoria afirma que essas crenças são justificadas.¹³

Esse tipo de cenário derrotador suficientemente retira o crédito não apenas das abordagens confiabilistas simplistas, mas também de qualquer teoria de fundamento original que desconsidere a condição epistêmica presente do sujeito. Por esse motivo, praticamente qualquer teoria sofisticada da justificação passada apela para algum tipo de condição extra para lidar com casos como esse que potencialmente apresenta elementos derrotadores. Nesse sentido, algumas teorias de fundamento original concordam que a condição epistêmica presente do sujeito podem afetar seu conhecimento memorial. Mas elas não necessariamente aceitam as teorias dos fundamentos presentes: elas podem insistir que a condição presente de S não constitui uma parte dos fundamentos epistêmicos de seu conhecimento memorial, já que seu papel é apenas negativo. Em outras palavras, para essas teorias, a condição presente de S até pode comprometer o seu conhecimento memorial, mas esse, em sua essência, está fundamentado nas condições epistêmicas originais, no passado, que o tornaram propriamente conhecimento dessa natureza.

¹³ Suppose that Jones is told on fully reliable authority that a certain class of his memory beliefs are almost all mistaken. His parents fabricate a wholly false story that Jones suffered from amnesia when he was seven but later developed *pseudomemories* of that period. Though Jones listens to what his parents say and has excellent reason to trust them, he persists in believing the ostensible memories from his seven-year-old past. Are these memory beliefs justified? Intuitively, they are not justified. But since these beliefs result from genuine memory and original perceptions, which are adequately reliable processes, our theory says that these beliefs are justified. (GOLDMAN, A., 1976, p. 350)

No entanto, há um problema nesse tipo de visão: a condição presente de S poderia, sim, justificar plenamente o seu conhecimento memorial. Para ilustrar esse ponto, façamos recorrência à famosa hipótese russeliana dos cinco minutos invocada e referida, por exemplo, por Michael Huemer no tratamento dessa questão (HUEMER, M., 1999, p. 350): suponha-se, como hipótese de trabalho, que o mundo, tal como o conhecemos, começou a existir há cinco minutos com todos os traços do seu passado. Consideremos que Ricardo* seja o meu correspondente nessa modalidade de mundo possível: tal sujeito compartilha cada elemento de meu personagem intrínseco presente. Ora, sendo dessa forma, assim que eu me sinto como se lembrasse que John Lennon foi assassinado em 1980, meu gêmeo indiscernível também sente como se lembrasse do mesmo fato. Mas, obviamente, Ricardo* não pode lembrar e, por conseguinte, conhecer tal fato, pois Lennon e muito menos The Beatles sequer existiram nesse mundo! Mesmo assim, parece que ele está tão bem justificado em crer que John Lennon foi covardemente assassinado por Mark Chapman em 1980 quanto eu, Ricardo, também estou. Esse exemplo parece mostrar que há um papel epistêmico das impressões memoriais em jogo: se Ricardo* está de fato justificado, então, intuitivamente, deve ser a sua impressão memorial que justifica a sua crença.¹⁴ Se esse for o caso, não seria também a minha impressão memorial, a do Ricardo, que justificaria igualmente o meu conhecimento memorial no mundo atual? Afinal de contas, os estados mentais presentes de Ricardo*, inclusive suas impressões memoriais, são intrinsecamente idênticos aos estados presentes de Ricardo. Alguém poderia responder que a impressão memorial de Ricardo certamente justifica seu conhecimento memorial, assim como a impressão memorial de Ricardo* justifica a sua ostensiva crença de memória; no entanto, tal justificador não tem uma significância epistêmica relevante com relação ao fato de Ricardo ter ou não conhecimento memorial, e parece não haver uma boa razão para suspeitar que o tenha, pois apesar das impressões memoriais serem indistinguíveis, em um dos mundos possíveis elas são factuais, representam estados de coisas que foram o caso no passado, e no outro não.

¹⁴ Huemer, nesse ponto, afirma o seguinte: “Como, então, a teoria dualística pode evitar a objeção da hipótese dos cinco minutos... Com este simples postulado: vir a acreditar em algo através de sua aparente lembrança (na ausência de derrotadores dos quais não se tem consciência) é uma forma epistemicamente racional de adquirir a crença” (“How, then, can the dualistic theory avoid the objection from the five-minute hypothesis . . . Simply by this posit: coming to believe something by seeming to remember it (in the absence of defeaters that one is aware of) is an epistemically rational way of acquiring the belief” (HUEMER, M., 1999, p. 351).

O argumento a ser apresentado a seguir a fim de ilustrar e desenvolver mais a presente discussão apresenta um cenário derrotador e, com isso, recursos para mostrar como um *defeater* pode anular o conhecimento memorial. O exemplo a seguir apela para um caso similar ao exemplo goldmaniano, onde se utilizam em ambos os casos derrotadores solapadores (*undercutting defeaters*), mas o que é solapado, no caso em questão, é um tipo diferente de justificação epistêmica. Pensemos, pois, no seguinte cenário:

Aprendi há muito tempo que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066, mas ninguém me lembra desse fato histórico há muito tempo. Agora, alguém me pergunta quando ocorreu a Batalha de Hastings. Primeiro, fico pensando, mas com o tempo começa a me parecer que a batalha aconteceu em 1066 e me lembro que sim, embora não tenha outra razão para crer que a batalha aconteceu em 1066.¹⁵

Na situação descrita acima, o que justifica a minha crença de que a Batalha de Hastings ocorreu em 1066 é a minha impressão memorial desse fato histórico. Além disso, supondo que o que ocorre em minha vida mental origina-se apropriadamente no meu conhecimento passado, disso se poderia afirmar com certa dose de segurança que sei que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066. O que faremos agora é acrescentar um episódio derrotador a esse cenário, que consiste no seguinte: tenho um bom motivo para desconfiar de minha aparente lembrança. Quanto à sua função preservadora, minha memória funciona muito bem. No entanto, desde que fiz uma neurocirurgia, muito frequentemente tenho tido impressões memoriais de algo que nunca aprendi nem experienciei. E sei que tenho sido enganado por minhas impressões memoriais com muita frequência. Considerando tal situação, a presença potencial de tal *defeater* enfraquece e torna menos nítida a minha alegação de conhecimento de que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066: isso ocorre por que tal derrotador compromete, de alguma forma, meu conhecimento memorial. Mas de que forma? No fim das contas, não há uma conexão intrínseca entre essas impressões e os valores de verdade de seus conteúdos proposicionais, resultando disso que o que deve anular meu conhecimento memorial é um derrotador do tipo *undercutting defeater*, cuja função é solapar a conexão entre tal

¹⁵ I learned a long time ago that the Battle of Hastings happened in 1066, but I haven't been reminded of this historical fact for a long time. Now, somebody asks me when the Battle of Hasting happened. First I wonder, but eventually it starts seeming to me that the Battle happened in 1066, and that I remember it, although I have no further reason to believe that the Battle happened in 1066. (SAKURAGI, S., 2010, p. 72).

conhecimento e a sua justificação original, implicando com isso que as impressões memoriais devem constituir pelo menos parcialmente os fundamentos epistêmicos do conhecimento memorial. Se tal análise estiver correta, o conhecimento memorial poderia, pelo menos parcialmente, se apoiar nas impressões memoriais; portanto, qualquer teoria plausível do mesmo deve oferecer uma explicação para as funções epistêmicas que essas impressões podem e devem desempenhar no conhecimento obtido através da memória. Como se pode constatar a partir dessas considerações, para as teorias externalistas há um sério desafio a ser enfrentado se tomarmos as impressões memoriais como elementos justificadores de crenças.

A fim de ilustrar este último tópico, pensemos no seguinte caso: John adquiriu determinado conhecimento no passado, e o mesmo pensamento vem à sua mente repetidas vezes desde então; mesmo assim, esse pensamento recorrente sempre ocorre como se ele estivesse adquirindo uma nova crença sem nenhuma razão em particular. Nesse caso, relutaríamos em dizer que ele ainda sabe o que ocorre com ele, mesmo se soubermos, por exemplo, que a crença de memória é produzida e preservada através de um vínculo perfeitamente confiável: intuitivamente, isso deve ter algo a ver com o fato de que nenhuma impressão memorial acompanhou o pensamento de John.¹⁶ Isso não parece implicar que alguma teoria da justificação passada possa resolver esse problema. David Owens, na sua concepção de justificação originalmente adquirida, oferece a seguinte explicação a fim de esclarecer esse ponto:

Embora a memória geralmente não funcione como uma fonte de evidência para a crença, o fato de alguém parecer se lembrar de que P ainda é relevante para estar justificado em crer que P. Se uma pessoa aparentemente não se lembrou que P, se a crença em P pareceu ter surgido na mente dessa pessoa do nada, ela não estaria intitulada (ou não teria o direito) de voltar para seu ser no passado para uma evidência da qual ela não está mais ciente, a fim de obter uma justificação para essa crença. Parecer se lembrar que P significa estar

¹⁶ Não está implicado, aqui, que as impressões memoriais constituem uma condição necessária para o conhecimento memorial. É claro que John pode começar a se questionar e, com o tempo, chegar à conclusão de que ele realmente se lembra daquilo que lhe ocorre repetidamente. Alguém pode ficar tentado a dizer que John tem o conhecimento memorial nesse caso, embora tal intuição não seja tão clara assim. No entanto, há de se observar que, nesse cenário em particular, John nem sequer reconhece que a mesma crença continua ocorrendo para ele da mesma forma. Considerando essa condição em especial, estamos mais inclinados a dizer que ele não tem conhecimento memorial. De fato, conforme está colocado na nota 4, em muitos contra-exemplos à alegação de que lembrar-se que p implica saber que p, um sujeito supostamente deve ter ausente uma parte do conhecimento porque ele não sabe que, na realidade, se lembra do que presentemente lhe ocorre.

intitulado a (ou ter o direito de) voltar, contanto que não haja uma razão adequada para duvidar da memória.¹⁷

De acordo com essa explicação, as impressões memoriais podem desempenhar um papel de vínculo entre a confiança do sujeito em sua crença e a sua justificação original esquecida. Quando uma crença ocorrente não está acompanhada por uma impressão memorial correspondente, podemos não ser capazes de dizer onde essa crença foi, de fato, originada, e se não houver uma forma de saber a origem dessa crença, na ausência de uma evidência independente para ela, não temos uma boa razão para contar com essa crença. Sem impressões memoriais disponíveis, como se pode ter certeza se uma crença memorial é na verdade uma memória proposicional? Dessa forma, de acordo com a visão de Owens, relutaríamos ao dizer que John sabe o que se passa na sua vida mental, pois, na ausência dessas impressões memoriais, ele não estaria intitulado a ter a evidência que outrora possuía.

Para as teorias da justificação presente, existe um desafio bem conhecido: se tal justificação, apenas por si mesma, fundamenta o conhecimento memorial, então crenças verdadeiras originalmente não justificadas poderiam se tornar conhecimento.¹⁸ Por exemplo, ocorre aleatoriamente uma crença de que *P* para Bill; um tanto quanto irracionalmente, Bill torna-se confiante de que *P*, e, de fato, *P* é o caso, mas Bill não sabe que *P*. No entanto, suponhamos que as teorias da justificação presente estejam corretas, onde, por exemplo, uma crença verdadeira retida com impressões memoriais seja condição suficiente para que tal crença constitua conhecimento memorial. Dito isso, Bill pode vir a ter o conhecimento memorial de que *P* se ele posteriormente mantiver a mesma crença com impressões memoriais: tal consequência parece ser inaceitável, uma vez que Bill adquiriu tal crença de forma irracional nesse caso. Poder-se-ia evitar esse problema alegando-se que se *S* sabe que *P* graças à sua memória proposicional, então, em algum momento, *S* já sabia que *P*, que é a visão endossada

¹⁷ Though memory does not usually act as a source of evidence for belief, the fact that one seems to remember that *P* is still relevant to one's being justified in believing *P*. If one didn't appear to remember that *P*, if the belief in *P* seemed to have popped into one's head *de nouveaux*, one wouldn't be entitled to defer to one's past self, to evidence one is no longer aware of, for a justification of that belief. To seem to remember that *P* is to be entitled so to defer, provided one has no adequate reason for doubting one's memory. (OWENS, D., 2000, p. 154).

¹⁸ Conforme argumentam, p/ ex., David Annis (1980, p. 325-326) e Michael Huemer (1999, p. 348), dentre outros críticos do preservacionismo, como Jennifer Lackey (2005), onde cabe ressaltar que nessa visão crítica isso de daria ao se adotar uma explicação não pura e meramente preservativa para a memória, em que esta, ao invés de manter o status epistêmico da justificação original da crença passada, em *t1*, geraria nova justificação para a mesma entre *t1* e *t2*, e configuraria a justificação presente em *t2*.

pelo preservacionismo, teoria que trata da retenção de justificação e conhecimento memoriais com uma conexão adequada entre ambas no passado e no presente, e na ausência de evidências adicionais entre a aquisição original e o estado atual. Nesse sentido, até mesmo um fundacionista aceitaria que algum tipo de *defeater* poderia derrotar o conhecimento memorial atacando a sua justificação original. Para exemplificar isso, tomemos a seguinte situação:

Lembro-me do que aprendi quando eu era um estudante de ensino médio - isto é, que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066. De fato, me parece que me lembro que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066. Entretanto, não tenho certeza de como aprendi isso. Enquanto isso, embora enganosamente, tenho dúvidas quanto à credibilidade do meu professor de história no ensino médio; em particular, acredito que ele frequentemente nos informava datas erradas.¹⁹

No caso desse exemplo, meu conhecimento memorial de que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066 deve estar, pelo menos até certo ponto, comprometido pela minha dúvida quanto à credibilidade do professor. Além disso, o derrotador nesse caso deve ser também um *undercutting defeater*, ou seja, ele solapa a conexão entre o meu conhecimento memorial e os seus fundamentos epistêmicos. Portanto, se o argumento anterior de que o conhecimento memorial se baseia em impressões memoriais estiver correto, os fundamentos epistêmicos do mesmo devem englobar como parte indispensável a sua justificação original.²⁰ Logo, qualquer teoria convincente do conhecimento memorial deve ser capaz de oferecer uma explicação plausível a respeito da vinculação entre tal conhecimento e o que o fundamenta original e presentemente, assim como uma conexão necessária com a lembrança proposicional que esse conhecimento tem de possuir é um imperativo que naturalmente se impõem para uma teoria epistemológica da memória correta e cogente.

Referências Bibliográficas

¹⁹ I remember what I learned when I was a high school student - e.g., that the Battle of Hastings happened in 1066. In fact, it seems to me that I remember that the Battle of Hastings happened in 1066. However, I'm not sure how I learned it. Meanwhile, though mistakenly, I have a doubt about the credibility of my high school history teacher; in particular, I believe that he often gave us wrong dates. (SAKURAGI, S., 2010, p. 74)

²⁰ Uma intuição similar parece desempenhar um papel semelhante, quando Andrew Naylor critica Carl Ginet e pergunta: “Se, por motivos de revogabilidade, tivermos que olhar a justificação original de S, porque então o que suporta a confiança do conhecimento memorial de S de que P não é sua justificação memorial presente para P, mas, em vez disso... sua justificação original para P (ou algum subconjunto disso)?” (NAYLOR, A., 1983, p. 282).

- ANNIS, David B. 1980. "Memory and Justification." *Philosophy and Phenomenological Research* 40: 324-333.
- AUDI, Robert. 1995. "Memorial Justification." *Philosophical Topics* 23: 31-45.
- BERNECKER, Sven. 2007. "Remembering without Knowing." *Australasian Journal of Philosophy* 85: 137-156.
- BONJOUR, Laurence. 2010. *Epistemology*. 2nd Edition. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- CONNOR, Earl. and Richard Feldman. 2001. "Internalism Defended." reprinted in *Evidentialism*. 2004. Oxford: Oxford University Press.
- GINET, Carl. 1975. *Knowledge, Perception, and Memory*. Dordrecht: Reidel.
- GOLDMAN, Alvin I. 1976. "What Is Justified Belief?" reprinted in *Epistemology: An Anthology*. 2000. eds. Sosa, Ernest. and Jaegwon Kim. Oxford: Blackwell.
- HUEMER, Michael. 1999. "The Problem of Memory Knowledge." *Pacific Philosophical Quarterly* 80: 346-357.
- LACKEY, Jennifer. Memory as a generative epistemic source. *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXX, Num. 3, 2005, p. 636-658.
- LEHRER, Keith. and Joseph Richard. 1975. "Remembering without Knowing." *Grazer Philosophische Studien* 1: 121-126.
- MALCOLM, Norman. 1977. *Memory and Mind*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- MARTIN, C.B., and Max Deutscher. 1966. "Remembering." *The Philosophical Review* 75: 161-196.
- NAYLOR, Andrew. 1983. "Justification in Memory Knowledge." *Synthese* 55: 269-286.
- OWENS, David. 2000. *Reason without Freedom*. London: Routledge.
- PLANTINGA, Alvin. 1993. *Warrant and Proper Function*. Oxford: Oxford University Press.
- POLLOCK, John L. 1974. *Knowledge and Justification*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- POLLOCK, John L. and Joseph Cruz. 1999. *Contemporary Theories of Knowledge*. 2nd Edition. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- RUSSELL, Bertrand. 1921. *The Analysis of Mind*. Reprint. Mineola, NY: Dover. 2005.
- SAKURAGI, Shin. 2010. "On Memory Knowledge". *Kagaku Tetsugaku* 43 (1):61-77
- SENIOR, Thomas D. 1993. "Internalistic Foundationalism and the Justification of Memory Belief." *Synthese* 94: 453-476.
- SQUIRES, Roger. 1969. "Memory Unchained." *The Philosophical Review* 78: 178-196.

